

# **Infraestrutura Brasil Holding VII S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2023 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e à sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1º de abril de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Tarcisio Luiz dos Santos  
Contador  
CRC nº 1 SP 207626/O-0

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING VII S.A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	646	268	563.547	214.019	Fornecedores	13	718	-	88.654	47.298
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	18.534	12.274	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	2.158	1.761
Contas a receber	5	-	-	61.983	58.041	Debêntures	15	-	-	550.919	607.106
Estoques	6	-	-	5.735	4.447	Credor pela concessão	16	-	-	190.803	33.002
Adiantamento a fornecedores		88	-	2.402	2.527	Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	17	326	-	22.619	13.482
Despesas antecipadas		-	-	4.095	3.084	Impostos, taxas e contribuições	18	67	-	27.953	12.543
Impostos a recuperar		82	13	6.668	2.562	Adiantamento de clientes		-	-	2.312	2.108
Partes relacionadas	19	5	-	551	167	Seguros e garantias		-	-	225	95
Outros ativos		-	-	273	252	Passivo de arrendamento	20	-	-	5.436	3.863
Total do ativo circulante		<u>821</u>	<u>281</u>	<u>663.788</u>	<u>297.373</u>	Partes relacionadas	19	158	-	2.307	1.272
						Provisão para manutenção	21	-	-	139.515	119.142
						Outras contas a pagar		-	-	368	598
						Total do passivo circulante		<u>1.269</u>	<u>-</u>	<u>1.033.269</u>	<u>842.270</u>
NÃO CIRCULANTE											
Dividendo a receber		197	197	-	-						
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	24.809	20.275						
Impostos diferidos	7	-	-	65.363	38.073						
Depósitos judiciais	8	-	-	19.106	750	NÃO CIRCULANTE					
Investimento	9	411.636	314.842	-	-	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	1.039.936	685.814
Demais contas a receber		-	-	2.504	-	Debêntures	15	18.307	7.957	423.382	391.172
Imobilizado	10	-	-	77.195	69.884	Debêntures - partes relacionadas	15	-	-	637.825	581.694
Intangível	11	-	-	2.948.158	2.579.842	Passivo de arrendamento	20	-	-	4.189	2.644
Direito de uso	12	-	-	10.214	6.882	Provisão de investimento	9	-	-	594	103
Total do ativo não circulante		<u>411.833</u>	<u>315.039</u>	<u>3.147.349</u>	<u>2.715.706</u>	Provisão para contingência	22	-	-	14.882	9.058
						Provisão para manutenção	21	-	-	87.482	57.943
						Dividendos	23.b	133	133	218	218
						Total do passivo não circulante		<u>18.440</u>	<u>8.090</u>	<u>2.208.508</u>	<u>1.728.646</u>
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social integralizado	23.a	446.945	343.235	446.945	343.235
						Retenção de lucros	23.d	(54.000)	(36.005)	(54.000)	(36.005)
						Total do patrimônio líquido dos acionistas da controladora		392.945	307.230	392.945	307.230
						Participações de acionistas não controladores		-	-	176.415	134.933
								<u>392.945</u>	<u>307.230</u>	<u>569.360</u>	<u>442.163</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>412.654</u>	<u>315.320</u>	<u>3.811.137</u>	<u>3.013.079</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>412.654</u>	<u>315.320</u>	<u>3.811.137</u>	<u>3.013.079</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING VII S.A**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
 (Em milhares de reais - R\$, exceto para o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA	24	-	-	1.382.099	1.209.552
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	25	-	-	(1.024.965)	(919.005)
LUCRO BRUTO		-	-	357.134	290.547
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas administrativas	25	(9.567)	(2.463)	(63.686)	(46.106)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(331)	(39.137)	(504)	3
Outras receitas operacionais, líquidas		-	-	378	1.590
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(9.898)	(41.600)	293.322	(44.513)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	26	364	34	76.893	23.220
Despesas financeiras	26	(8.461)	(767)	(344.538)	(286.965)
		(8.097)	(733)	(267.645)	(263.745)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(17.995)	(42.333)	25.677	(17.711)
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	-	-	(71.104)	(56.177)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	-	-	27.290	14.782
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(17.995)	(42.333)	(18.137)	(59.106)
ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas da controladora		(17.995)	(42.333)	(17.995)	(42.333)
Acionistas não controladores		-	-	(142)	(16.773)
Prejuízo por ação - básico e diluído	26	(0,040)	(0,123)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING VII S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(17.995)	(42.333)	(18.137)	(59.106)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(17.995)</u>	<u>(42.333)</u>	<u>(18.137)</u>	<u>(59.106)</u>
ATRIBUÍVEL A:				
Acionistas da controladora	<u>(17.995)</u>	<u>(42.333)</u>	<u>(17.995)</u>	<u>(42.333)</u>
Acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(142)</u>	<u>(16.773)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING VII S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	Capital Social		Prejuízos acumulados	Reservas		Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		Subscrito	A integralizar		Legal	Lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		982.000	(638.765)	-	700	5.628	349.563	151.706	501.269
Capital Social	23.a	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(42.333)	-	-	(42.333)	(16.773)	(59.106)
Reservas	23.c / 23.d	-	-	6.328	(700)	(5.628)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>982.000</u>	<u>(638.765)</u>	<u>(36.005)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>307.230</u>	<u>134.933</u>	<u>442.163</u>
Aumento Capital social em 06/06/2023	23.a	-	212.625	-	-	-	212.625	-	212.625
Redução capital social em 04/08/2023		(108.915)	-	-	-	-	(108.915)	-	(108.915)
Aumento Capital social em 26/07/2023		-	-	-	-	-	-	154.500	154.500
Redução capital social em 31/07/2023		-	-	-	-	-	-	(112.876)	(112.876)
Lucro (Prejuízo) do exercício		-	-	(17.995)	-	-	(17.995)	(142)	(18.137)
Reservas	23.c / 23.d	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>873.085</u>	<u>(426.140)</u>	<u>(54.000)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>392.945</u>	<u>176.415</u>	<u>569.360</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING VII S.A

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Prejuízo do exercício		(17.995)	(42.333)	(17.995)	(42.333)
Ajustes:					
Depreciação e amortização	25	-	-	171.560	142.654
Juros sobre contratos de arrendamentos	26	-	-	464	646
Impostos diferidos	7	-	-	(27.290)	(14.782)
Provisão para contingência	22	-	-	5.824	7.804
Provisão para manutenção	21	-	-	49.912	117.631
Juros e apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	26	5.166	-	106.504	42.355
Juros e apropriação de custo sobre debêntures	26	1.850	765	181.361	184.284
Resultado equivalência patrimonial	9	331	39.137	504	(3)
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(3.942)	(11.981)
Estoques		-	-	(1.288)	(1.442)
Impostos a recuperar		(69)	(7)	(4.107)	411
Adiantamento a fornecedores		(88)	-	125	(511)
Despesas antecipadas		-	-	(1.011)	(538)
Outros ativos		-	-	(20.682)	(515)
Fornecedores		718	-	11.047	722
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		326	-	9.137	441
Credor pela concessão - Ônus de Fiscalização		-	-	157.801	19.811
Impostos, taxas e contribuições		67	-	63.650	49.533
Contas a pagar com partes relacionadas		153	-	651	(1.046)
Outras contas a pagar		-	-	(95)	259
IRPJ e CSLL pagos no período		-	-	(48.240)	(50.784)
Amortização de juros empréstimos e financiamentos	14	(5.166)	-	(51.985)	(36.693)
Amortização de juros debêntures		-	-	(173.950)	(19.444)
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	20	-	-	(464)	(646)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de operacionais		<u>(14.707)</u>	<u>(2.438)</u>	<u>407.491</u>	<u>385.833</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Aquisição de Imobilizado	31	-	-	(26.882)	(47.738)
Aquisições de intangível	31	-	-	(483.013)	(379.843)
Investimento	9	(97.125)	-	-	-
Dividendo a receber		-	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	(10.794)	(8.993)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(142)	(16.773)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(97.125)</u>	<u>-</u>	<u>(520.831)</u>	<u>(453.347)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Empréstimos e Financiamentos, líquido do custo de captação	14	246.432	-	546.432	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	(246.432)	-	(746.432)	-
Captação de debêntures	15	8.500	2.500	524.743	2.500
Amortização de debêntures		-	-	-	-
Recursos provenientes de alienação de intangível		-	-	-	-
Pagamento de principal de contrato de arrendamento	20	-	-	(7.198)	(7.939)
Integralização de Capital	23.a	103.710	-	145.323	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>112.210</u>	<u>2.500</u>	<u>462.868</u>	<u>(5.439)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>378</u>	<u>62</u>	<u>349.528</u>	<u>(72.953)</u>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	3	268	206	214.019	286.972
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO</b>	3	<u>646</u>	<u>268</u>	<u>563.547</u>	<u>214.019</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>378</u>	<u>62</u>	<u>349.528</u>	<u>(72.953)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING VII S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. (“Companhia”), constituída em 20 de janeiro de 2020, localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,800 – Pista Sul – Itirapina – SP, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

A Companhia tem como controlador direto o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

##### 1.1. Situação econômica e financeira

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, de forma consolidada, apresenta um prejuízo do exercício de R\$18.137 (Em 31 de dezembro de 2022 R\$59.106), apresenta capital circulante negativo de R\$369.481 (Em 31 de dezembro de 2022 R\$544.897). Para não prejudicar a continuidade operacional de suas atividades, a Companhia está avaliando o melhor cenário entre a postergação da dívida (debêntures) contratadas pela investida Infraestrutura Brasil Holding IX S.A ou efetuar um novo aporte capital.

#### 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

##### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia.

##### 2.2. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base.

#### Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

### 2.3. Base de Consolidação

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data e quem o controle se inicia até a data em que ele deixa de existir. As demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial.

#### a) Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de sua controlada mencionada na nota explicativa nº 9. Os principais procedimentos de consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados da investida.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação.
- Eliminação dos tributos sobre a parcela de lucro não realizado.
- Ganhos não realizados, oriundos de transações com investida, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida.

#### Controlada em conjunto

Nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, as informações financeiras das controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial em conformidade com os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (nota explicativa nº 9).

#### 2.4. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas classificam nessa categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cuja realização possa ocorrer em um prazo inferior a 90 dias.

#### 2.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento.

A provisão para perda de créditos esperados é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve ajuste a valor presente das transações dos serviços prestados, por não serem relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras.

#### 2.6. Estoque

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia.

#### 2.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, se aplicável.

##### 2.7.1. Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício, tendo a sua apuração anual. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do exercício de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal.

### 2.7.2. Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada exercício de relatório.

### 2.8. Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

#### Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia não apresenta instrumentos de dívida que são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

### 2.9. Investimentos

O investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial e os resultados da investida são reconhecidos como aumento ou redução do investimento em contrapartida no resultado como resultado da equivalência patrimonial.

### 2.10. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e qualquer perda não recuperável acumulada "impairment". O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado.

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

#### 2.11. “Impairment” (perda por valor recuperável)

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

#### 2.12. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras

Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

##### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

##### Receita de contratos com clientes

###### (a) Receita de Pedágio e Receitas Acessórias

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

#### Receitas de Construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado.

Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

#### Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

#### Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

### 2.13. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativo Intangível, "O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada" e ainda "O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros.

### 2.14. Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### 2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

### 2.16. Credor pela concessão

Representa os valores de ônus de fiscalização (1,5%) e ônus variável (7%), - ambos tendo como base de cálculo a receita bruta de pedágio mais receita acessória- a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

#### 2.17. Provisões

Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

#### 2.18. Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias para mantê-las nos níveis preestabelecidos de utilização, conforme determinado pelo poder concedente.

#### 2.19. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

##### Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

##### Instrumentos financeiros híbridos

O valor de opção de conversão de Debêntures em patrimônio líquido deve ser incluído no componente do passivo. A soma dos montantes atribuídos aos componentes do passivo e patrimônio líquido no reconhecimento inicial é sempre igual ao valor justo que seria atribuído ao instrumento como um todo. Nenhum ganho ou perda deve decorrer do reconhecimento inicial dos componentes do instrumento separadamente.

O emissor de título conversível em ações ordinárias deve determinar primeiro o valor contábil do componente do passivo, mensurando o valor justo de passivo similar que não tenha um componente de patrimônio líquido associado. O valor contábil do instrumento patrimonial representado pela opção de conversão do instrumento em ações ordinárias deve ser, então, determinado pela dedução do valor justo do passivo financeiro do valor justo do instrumento financeiro composto como um todo.

#### 2.20. Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

#### 2.21. Reconhecimento de receita

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

A receita é calculada de acordo com os valores estipulados pelo Poder Concedente, sendo o valor da Tarifa de Pedágio cobrado do usuário das rodovias de cada uma das praças de pedágio, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e as Receitas Acessórias de acordo com o serviço acessório que foi contratado.

## 2.22. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

## 2.23. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de concessão de rodovias

## 2.24. Normas contábeis novas e alteradas.

### 2.24.1. Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente.

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e CPCs aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma	Assunto	Aplicável a períodos anuais com início em ou após:
CPC 50 (IFRS 17)	Contratos de Seguros	01/01/23
Alterações à IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS	01/01/23
Alterações à IAS 12	Tributos sobre o Lucro – Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos e Reforma Tributária Internacional	01/01/23
Alterações à IAS 8	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros	01/01/23

2.24.2. Normas contábeis novas e/ou revisadas emitidas e ainda não efetivas.

Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento ('Sale and Leaseback') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado ('Reverse factoring'), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em exercícios futuros.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	-	-	5.722	5.904
Bancos	29	44	7.517	6.546
Aplicações financeiras (i)	617	224	550.308	201.569
Total (ii)	646	268	563.547	214.019

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

- (i) Aplicações financeiras realizadas em CDB com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 98%, em 31 de dezembro de 2023 e à taxa média entre 100% e 101%, em 31 de dezembro de 2022.
- (ii) Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo.

## 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações vinculadas – Empréstimos BNDES	30.217	19.263
Aplicações vinculadas – Debêntures	13.126	13.286
Total	43.343	32.549
Circulante	18.534	12.274
Não Circulante	24.809	20.275
	43.343	32.549

Conforme contrato, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos do financiamento obtido junto ao BNDES e 2 contas para pagamento das debêntures, controladas diretamente pelo Banco Santander, e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo:

BNDES

- (a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga trimestralmente;
- (b) Reserva BNDES: conta específica para constituição de 3 parcelas adicionais que poderão ser utilizadas quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento;

Debêntures

- (a) Pagamento Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga semestralmente;
- (b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento;

A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento, mantendo, portanto, as contas de reserva como não circulante.

Aplicações financeiras vinculadas (CDBs) estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa de média 100,5%, em 31 de dezembro de 2023 e 101% em 31 de dezembro de 2022.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Pedágio eletrônico a receber (*)	61.905	57.924
Receitas acessórias	78	117
<b>Total</b>	<b>61.983</b>	<b>58.041</b>
A vencer	61.983	58.041
<b>Total</b>	<b>61.983</b>	<b>58.041</b>

- (\*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio, que serão recebidas das operadoras de serviço de arrecadação - "OSA".

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. O prazo médio de vencimento é de até 30 dias e estando todo seu montante a vencer.

## 6. ESTOQUES

Os estoques estão representados por:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Uniformes e EPIs	2.490	2.252
Manutenção civil e hidráulica	1.232	1.097
Outros	2.013	1.098
<b>Total</b>	<b>5.735</b>	<b>4.447</b>

Em 31 de dezembro de 2023 os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia. Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em estoque em até 12 meses.

## 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda diferido	48.060	27.995
Contribuição social diferida	17.303	10.078
<b>Total</b>	<b>65.363</b>	<b>38.073</b>
2023	-	1.819
2024	9.758	268
Após 2025	55.605	35.986
<b>Total</b>	<b>65.363</b>	<b>38.073</b>

## b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas do exercício têm as seguintes origens:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	13.404	7.449
Provisão de fornecedores	23.931	4.238
Provisão para manutenção	226.997	177.084
Capitalização de juros	(76.566)	(77.090)
Provisão PLR	(292)	(793)
Outras	4.769	1.091
<b>Base de cálculo total</b>	<b>192.243</b>	<b>111.979</b>
Taxa combinada de impostos	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos</b>	<b>65.363</b>	<b>38.073</b>

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício:

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	128.616	74.991
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	(43.729)	(25.497)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:		
Capitalização de juros	-	15.960
Prêmios e gratificações	-	-
Amortização IFRS 16	-	-
Amortização de juros	(644)	(758)
Outras diferenças permanentes	559	820
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(43.814)	(41.395)
Impostos de renda e contribuição social corrente	(71.104)	(56.177)
Impostos de renda e contribuição social diferido	27.290	14.782
	43.814	(41.395)
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	34%	55%

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui Depósitos Judiciais de naturezas cíveis, trabalhistas e ações de desapropriação, classificados como perdas prováveis, conforme tabela abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ações cíveis	51	-
Ações Trabalhistas	1.422	610
Ações de desapropriação (a)	17.633	140
Total	19.106	750

As ações judiciais são provenientes de seus investimentos em ampliação (SP 294: duplicação rodovia, construção de vias marginais e de pontes), edificação de SAUs, área de descanso para caminhoneiros e PGFs

9. INVESTIMENTOS

A Companhia foi constituída no dia 20 de janeiro de 2021, tem como seu objeto social a participação em outras sociedades, como controladora. Em 31 de dezembro de 2023 tinha como subsidiárias as empresas:

- (i). Infraestrutura Brasil Holding VIII S/A - "IBH VIII" mediante a participação em 70% de um capital social total de R\$624.607 e

- (ii). Gestão e Transformação Infraestrutura S.A. – “G&T” (atual denominação da *Infraestrutura Brasil Serviços e Participações XIII S.A.*) mediante a participação em 4% de um capital social total de R\$4.813, conforme descrito abaixo:

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A. (“G&T”)

Constituiu a G&T em 29 de janeiro de 2021, com capital social subscrito e parcialmente integralizado do valor R\$4.813, estabelecida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.455, 4º andar, bairro Vila Nova Conceição, tem por atividade principal a prestação de serviços de consultoria, orientação, organização, controle orçamentário, informação e gestão; prestação de serviços administrativos de rotina a empresas, sob contrato, tais como planejamento financeiro, jurídico, recursos humanos, contabilidade, engenharia, técnica e outros; a participação em outras sociedades, como cotista ou acionista, no país ou no exterior; e o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social da Companhia.

A Companhia possui 3.850.400 (três milhões, oitocentas e cinquenta mil e quatrocentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal com preço de R\$0,05 (cinco centavos) por ação que representa uma participação societária de 4% do capital social conforme boletim de subscrição datado de 22 de outubro de 2021.

Não houve aporte de capital ou transações entre a Companhia e a G&T.

a) Composição

Investimentos em controlada direta – “IBH VIII”	31/12/2023	31/12/2022
Capital social	437.225	340.100
Participação societária	70,00%	70,00%
Patrimônio líquido	411.636	314.841

b) Movimentação do investimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	314.842	353.979	(103)	(106)
Integração capital social	97.125	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(331)	(39.137)	(491)	3
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-
Saldo final	411.636	314.842	(594)	(103)
Investimento	411.636	314.842	-	-
Provisão para investimento (i)	-	-	(594)	(103)

- (i) A provisão para investimentos refere-se à participação de 76% da Infraestrutura Brasil Holding VIII S/A - “IBH VIII” na IBH I Serviços e Participações S.A.

c) Informações sobre investimentos em controlada direta em 31 de dezembro de 2023

	31/12/2023						
	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total	Receita líquida	Lucro líquido	Investimento
IBH VIII	437.225	411.636	2.667.225	2.255.589	967.469	(331)	411.636

	31/12/2022						
	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total	Receita líquida	Lucro líquido	Investimento
IBH VIII	340.100	314.842	2.108.958	1.794.116	846.686	(39.137)	314.842

A Infraestrutura Brasil Holding VIII S/A - "IBH VIII" possui participação parcial na empresa IBH I Serviços e Participações S.A. – "IBH Serviços" mediante capital social de R\$38, ou seja, 76% de participação. Pelo fato da "IBH VIII" não possuir o controle as demonstrações desta investida não foram consolidadas.

## 10. IMOBILIZADO

	Consolidado								Consolidado Total
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonía comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Edifícios	Outros	
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	767	14.397	5.117	331	468	64.747	-	970	86.797
Adições	1.140	21.588	228	5	-	421	2.669	143	26.194
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.907	35.985	5.345	336	468	65.168	2.669	1.113	112.991
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(157)	(2.421)	(2.093)	(163)	(41)	(11.863)	-	(175)	(16.913)
Adições	(107)	(2.332)	(1.028)	(66)	(47)	(15.173)	(15)	(115)	(18.883)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(264)	(4.753)	(3.121)	(229)	(88)	(27.036)	(15)	(290)	35.796
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.643	31.232	2.224	107	380	38.132	2.654	823	77.195
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	25	10	
<u>Consolidado</u>									
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonía comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Edifícios	Outros	Consolidado Total
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	527	9.441	4.701	326	11	23.952	-	639	39.597
Adições	240	4.956	416	5	457	40.795	-	331	47.200
Saldo em 31 de dezembro de 2022	767	14.397	5.117	331	468	64.747	-	970	86.797
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(78)	(515)	(1.081)	(98)	(2)	(2.977)	-	(67)	(4.818)
Adições	(79)	(1.906)	(1.012)	(65)	(39)	(8.886)	-	(108)	(12.095)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(157)	(2.421)	(2.093)	(163)	(41)	(11.863)	-	(175)	(16.913)
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	610	11.976	3.024	168	427	52.884	-	795	69.884
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	25	10	

Em 31 de dezembro de 2023, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos imobilizados em relação a análise de impairment realizada em 31 de dezembro de 2023.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

## 11. INTANGÍVEL

	Consolidado				
	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (i e ii)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	158.304	1.519.095	1.136.335	3.104	2.816.838
Adições (b)	287.455	224.346	-	2.208	514.009
Transferências	(43.656)	43.634	-	22	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>402.103</u>	<u>1.787.075</u>	<u>1.136.335</u>	<u>5.334</u>	<u>3.330.847</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(138.901)	(97.849)	(246)	(236.996)
Adições	-	(107.686)	(37.878)	(129)	(145.693)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>-</u>	<u>(246.587)</u>	<u>(135.727)</u>	<u>(375)</u>	<u>(382.689)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>402.103</u>	<u>1.540.488</u>	<u>1.000.608</u>	<u>4.959</u>	<u>2.948.158</u>
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	

	Consolidado				
	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (i e ii)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	1.034.970	1.136.335	2.531	2.392.669
Adições	148.375	275.221	-	573	424.169
Transferências	(208.904)	208.904	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>158.304</u>	<u>1.519.095</u>	<u>1.136.335</u>	<u>3.104</u>	<u>2.816.838</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(53.522)	(59.972)	(95)	(113.589)
Adições	-	(85.379)	(37.877)	(151)	(123.407)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>(138.901)</u>	<u>(97.849)</u>	<u>(246)</u>	<u>(236.996)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>158.304</u>	<u>1.380.194</u>	<u>1.038.486</u>	<u>2.858</u>	<u>2.579.842</u>
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,69	3,33	6,72	

- (a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da vida útil ou prazo remanescente da concessão, dos dois o menor, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo remanescente da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.
- (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.
- (ii) Vide nota explicativa nº 1.
- (b) As principais adições do exercício estão representadas pela duplicação da SP 294, implantação de dispositivos de contenção viária, vias marginais, edificação de SAUs, área de descanso para caminhoneiro, PGFs, parada de ônibus, equipamentos de tecnologia, entre outros.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que leve à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos imobilizados em relação a análise de impairment realizada em 31 de dezembro de 2023.

## 12 DIREITO DE USO

	Consolidado				31/12/2023
	31/12/2022	Adições e atualizações contratuais	Baixas	Amortização	
Equipamentos operacionais	748	1.102	-	(607)	1.243
Instalações e Edificações	1.864	3.249	(1.270)	(1.332)	2.511
Veículos	4.270	7.235	-	(5.045)	6.480
<b>Total</b>	<b>6.882</b>	<b>11.586</b>	<b>(1.270)</b>	<b>(6.984)</b>	<b>10.214</b>

	Consolidado				31/12/2022
	31/12/2021	Adições e atualizações contratuais	Baixas	Amortização	
Equipamentos operacionais	1.852	297	-	(1.401)	748
Instalações e Edificações	1.680	1.210	(446)	(580)	1.864
Veículos	8.868	569	-	(5.167)	4.270
<b>Total</b>	<b>12.400</b>	<b>2.076</b>	<b>(446)</b>	<b>(7.148)</b>	<b>6.882</b>

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média real de 6,09% a.a., pois os contratos de arrendamento são corrigidos pela inflação. A taxa real é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

## 13 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - Obras	-	-	65.555	34.559
Fornecedores – Imobilizado	-	-	68	756
Fornecedores - Serviços	718	-	23.031	11.983
Total	718	-	88.654	47.298

## 14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor do BNDES, reduzido dos custos de captação a amortizar, conforme movimentação detalhada a seguir:

Controladora							
Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Saldo em 31/12/2023
CCB I (b)	CDI	2,60%	-	180.000	3.882	(183.882)	-
CCB II (b)	CDI	1,00%	-	66.432	1.284	(67.716)	-
Total			-	246.432	5.166	(251.598)	-
Consolidado							
Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Saldo em 31/12/2023
BNDES (a)	IPCA	5,21%	687.575	300.000	101.338	(46.819)	1.042.094
CCB I (b)	CDI	2,60%	-	180.000	3.882	(183.882)	-
CCB II (b)	CDI	1,00%	-	66.432	1.284	(67.716)	-
Total			687.575	546.432	106.504	(298.417)	1.042.094

Consolidado							
Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2021	Captação	Juros e atualização monetária/amortização de custo	Amortização (i)	Saldo em 31/12/2022
BNDES (a)	IPCA	5,21%	630.331	-	93.937	(36.693)	687.575
Total			<u>630.331</u>	<u>-</u>	<u>93.937</u>	<u>(36.693)</u>	<u>687.575</u>

			Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022
Circulante			2.158	1.761
Não circulante			1.039.936	685.814

(i) O contrato de financiamento firmado com o BNDES encontra-se em período de carência, sendo realizada, portanto, somente amortização das parcelas de juros.

#### a) Financiamento BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e FAT – Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:

- Subcréditos “A”, “B”, “C” e “D”: IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.
- Subcrédito “E”: IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:

- Subcréditos “A” e “B”: até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000;

A Companhia obteve liberações parciais dos subcréditos “A” e “B”, no montante total de R\$650.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021 e 29 de novembro de 2021.

- Subcrédito “C”: até 22 de junho de 2025, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000;
- Subcréditos “D” e “E”: até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$600.000.

O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de:

- Subcréditos “A”, “B” e “C”: carência até 15/01/2025. Após a carência a amortização dar-se-á em 245 prestações, iniciando em 15/01/2025 e terminando em 15/05/2045;
- Subcrédito “D” e “E”: carência até 15/01/2027. Após a carência a amortização dar-se-á em 221 prestações, iniciando em 15/01/2027 e terminando em 15/05/2045.

No período de carência o pagamento dos juros será realizado trimestralmente.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros sobre o financiamento.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de:

- (i) Instauração de processo de caducidade, anulação, relicitação ou rescisão do contrato de concessão;

- (ii) Celebração de aditivo aos contratos da concessão, que possa prejudicar o cumprimento das obrigações, sem anuência prévia do BNDES;
- (iii) Descumprimento das seguintes obrigações contratuais: 1. Contratação e manutenção dos seguros exigidos no plano de seguros previsto no contrato de concessão, 2. Contratação e manutenção integral da garantia de execução contratual, 3. pagamento de outorgas e taxas da ARTESP.
- (iv) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores;
- (v) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência;
- (vi) Ocorrência de declaração de vencimento antecipado das debêntures autorizadas ou qualquer outra dívida tomada.
- (vii) Inadimplemento das dívidas celebradas com o BNDES;
- (viii) Não substituição das fianças bancárias.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

O contrato de financiamento prevê que para a conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion dos subcréditos A e B) a EIXO SP deve, dentre outras obrigações ter apurado (i) EBITDA Ajustado em 31/12/2022 de no mínimo R\$435.000 e (ii) soma dos EBITDAS Ajustados desde o início de sua operação até a data de apuração somado aos valores de capital social integralizado de no mínimo R\$1.770.000, ambos valores na data-base de 31 de dezembro de 2020. A Companhia atendeu as obrigações pactuadas com o BNDES para obtenção da conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion dos subcréditos A e B).

b) Cédula de Crédito Bancário – CCB

Em 12 de junho de 2023, a Companhia, realizou a emissão de 02 (duas) cédulas de crédito bancário (CCB), no valor total de R\$246.432 (sendo R\$180.000 e R\$66.432 respectivamente).

As CCBs foram emitidas em 12 de junho de 2023 e terão prazo de vencimento de 49 dias, com vencimento em 31 de julho de 2023 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro (na base 252 dias) + 2,6% a.a. para o CCB I e 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro (na base 252 dias) + 1,00% a.a. para o CCB II. Os juros serão pagos no vencimento das cédulas de crédito bancário.

As CCBs emitidas estão vinculadas ao Credit Agreement e possuem como principais hipóteses de vencimento antecipado:

- (i) se a CLIENTE descumprir qualquer obrigação pecuniária estabelecida nesta Cédula, incluindo, mas não se limitando ao: (a) não pagamento de qualquer parcela de principal deste financiamento no vencimento, ou ainda quaisquer valores indicados na Cláusula 2.9.(c) do Credit Agreement, ou (b) não pagamento de quaisquer juros sobre este financiamento ou qualquer outro valor devido pelos mesmos nos termos da presente Cédula, desde que o descumprimento mencionado no item (b) acima não seja sanado no prazo de 1 (um) dia útil contado da data do referido inadimplemento;

- (ii) se a CLIENTE: (a) em geral, não pagar ou for incapaz de pagar, independentemente de admitir ou não por escrito sua incapacidade de pagar, suas respectivas dívidas, na medida em que ocorra o vencimento destas dívidas; (b) celebrar uma cessão em benefício dos credores ou uma petição ou requerer a qualquer tribunal a nomeação de um custodiante, síndico, depositário ou outra pessoa similar para si ou qualquer parte significativa de seus respectivos ativos; (c) iniciar qualquer processo nos termos das leis de falência, insolvência, reorganização, recuperação, dissolução, extinção ou liquidação, ora ou doravante em vigor; (d) tiver ajuizado qualquer petição ou requerimento desta natureza (conforme descrito no item (b) acima) ou tiver sido iniciado qualquer processo (conforme descrito no item (c) acima) contra o mesmo, no qual ocorra uma adjudicação ou nomeação ou seja proferida uma ordem de liberação, ou essa petição, requerimento ou processo não for elidido no prazo legal; (e) tiver proposto qualquer plano de recuperação extrajudicial, independentemente de sua confirmação pelo juízo relevante; (f) tiver ajuizado um pedido de recuperação judicial, independentemente deste pedido ter sido concedido pelo juízo competente; (g) tiver sua falência requerida; ou (h) através de qualquer ação ou omissão, indicar seu consentimento, aprovação ou concordância com qualquer petição, requerimento ou processo ou medida desta natureza ou com a nomeação de um custodiante, síndico ou fiduciário para todos ou qualquer parte significativa de seus respectivos bens e esse requerimento ou processo permanecer inalterado e em vigor por um período de 60 (sessenta) dias;
- (iii) (a) caso quaisquer termos e condições relevantes da presente Cédula, em qualquer momento após sua respectiva celebração e entrega, por qualquer motivo, deixem de estar em pleno vigor e efeito ou sejam declarados nulos e inválidos (a menos que tais circunstâncias estejam de acordo com os termos da presente Cédula ou sejam decorrentes de qualquer ação do BANCO) (a menos que as referidas circunstâncias sejam sanadas, em termos satisfatórios ao BANCO, dentro de 5 (cinco) dias úteis seguintes a solicitação do BANCO), ou sua validade ou exequibilidade seja contestada por escrito pela CLIENTE; ou (b) (A) quaisquer ônus criados pelos documentos das Garantias, a qualquer tempo (exceto conforme os termos da presente Cédula ou do Credit Agreement) deixem de constituir um ônus válido e exequível, ou (B) exceto no caso de término conforme seus termos, caso quaisquer dos documentos das Garantias, por qualquer motivo, sejam rescindidos ou deixem de estar em pleno vigor e efeito (exceto, em cada caso, apenas como resultado de uma ação ou falha em agir por parte do BANCO); exceto se qualquer dos eventos acima estabelecidos ocorrerem em razão da alteração de qualquer Lei aplicável, a CLIENTE terá 30 (trinta) dias da referida data para sanar tal inadimplemento, a exclusivo critério do BANCO;

Em 31 de julho de 2023, a Companhia realizou a liquidação da dívida.

## 15 DEBÊNTURES

A posição das debêntures (com partes relacionadas e BNDES) em 31 de dezembro de 2023 é:

Controladora								
Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	31/12/2022	Captação	Juros e	Amortização	Custo de Captação	31/12/2023
					atualização monetária / amortização de custo			
Debêntures (d)			5.127	-	501	-	-	5.628
Debêntures (e)			2.830	-	413	-	-	3.243
Debêntures (f)			-	8.500	936	-	-	9.436
Total			<u>7.957</u>	<u>8.500</u>	<u>1.850</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.307</u>

Consolidado								
Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	31/12/2022	Captação	Juros e	Amortização	Custo de Captação	31/12/2023
					atualização monetária / amortização de custo			
Partes relacionadas (a) (ii)	-	9,77%	581.694		56.131		-	637.825
BNDES (b) (ii)	IPCA	5,21%	384.058	-	41.942	(20.203)	-	405.797
Debêntures 1ª Série	CDI	2,50%	-	250.000	16.401	-	(2.767)	263.634
Debêntures 2ª Série	CDI	3,50%	-	269.010	17.553	-	-	286.563
Debêntures (c) (ii)	IPCA	3,30%	606.263	-	47.484	(653.747)	-	-
Debêntures (d)			5.127	-	501	-	-	5.628
Debêntures (e)			2.830	-	413	-	-	3.243
Debêntures (f)			-	8.500	936	-	-	9.436
Total			<u>1.579.972</u>	<u>527.510</u>	<u>181.361</u>	<u>(673.950)</u>	<u>(2.767)</u>	<u>1.612.126</u>

Controladora								
Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	31/12/2021	Captação	Juros e atualização monetária / amortização de custo	Amortização	Custo de Captação	31/12/2022
Debêntures (d)			4.693	-	435	-	-	5.127
Debêntures (e)			-	2.500	330	-	-	2.830
Total			<u>4.693</u>	<u>2.500</u>	<u>765</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.957</u>
Consolidado								
Descrição	Indexador	Acréscimos de juros médios a.a. %	31/12/2021	Captação	Juros e atualização monetária / amortização de custo	Amortização	Custo de Captação	31/12/2022
Partes relacionadas (a)	-	9,77%	530.167	-	51.527	-	-	581.694
BNDES (b)	IPCA	5,21%	359.945	-	44.407	(19.444)	(850)	384.058
Debêntures (c)	IPCA	5,05%	517.827	-	88.436	-	-	606.262
Debêntures (d)			4.693	-	435	-	-	5.127
Debêntures (e)			-	2.500	330	-	-	2.830
Total			<u>1.412.632</u>	<u>2.500</u>	<u>185.135</u>	<u>(19.444)</u>	<u>(850)</u>	<u>1.579.972</u>

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	550.919	607.106
Não circulante	1.061.207	972.866

(i) As debêntures com o BNDES encontram-se em período de carência, sendo realizada, portanto, somente amortização das parcelas de juros.

(ii) As debêntures não possuem covenants financeiro.

a) Debêntures com Partes Relacionadas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R\$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado e ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debentures convertidas.

As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$490.702 (R\$285.000 em janeiro e R\$205.702 em maio de 2021), através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional.

b) Debêntures BNDES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R\$350.000, através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros sobre as debêntures.

c) Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de junho de 2023, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em duas séries, no valor total de R\$519.000, as quais são objeto de distribuição pública sob o rito de registro automático, sob o regime misto de colocação sendo: (i) regime de garantia firme de colocação para as Debêntures da primeira série, representado por R\$250.000; e (ii) regime de melhores esforços de colocação para as Debêntures da segunda série, representado por R\$269.000, em conformidade com a Lei n.º 6.385/76.

As debêntures foram emitidas em julho de 2023 e terão prazo de vencimento de 12 meses, com vencimento em 15 de julho de 2024, atualizados por CDI acrescidos de juros remuneratórios de 2,50% a.a. para a primeira série e 3,50% a.a. para a segunda série (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$519.010 (R\$503.485 em julho e R\$15.525 em agosto de 2023), através de transferência bancária.

As debêntures possuem garantias reais, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de:

- (i) Todos os direitos creditórios de titularidade da Companhia da Subholding e da Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. (“Holding Pátria”) decorrentes das Contas Vinculadas Aumento Capital e alienação fiduciária da totalidade das ações, presentes e futuras de titularidade da subholding, sendo:
  - a) Os valores oriundos de qualquer distribuição de capital feita e efetivamente paga pela Eixo SP à Emissora, incluindo, sem limitação, valores pagos por meio de distribuições realizadas na forma de dividendos, reduções de capital, juros sobre capital próprio, resgate, recompra ou amortização de ações, ou cancelamento de adiantamento para futuros aumentos de capital social, observado o disposto no Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças nº 20.2.0501.3, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Emissora e a Eixo SP;
  - b) Todos os Direitos Creditórios dos Boletins de Subscrição e todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora, da Subholding e da Holding Pátria decorrentes dos Boletins de Subscrição Onerados, nos termos do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças” celebrado entre a Emissora, a Subholding e a Holding Pátria, na qualidade de fiduciantes, e o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário (“Contrato de Cessão Fiduciária”).
- (ii) Alienação fiduciária, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, da totalidade das ações, presentes e futuras, de titularidade da Subholding e que venham a ser detidas pela Subholding no capital social da Companhia, incluindo todos os direitos e ativos relacionados a tais ações.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Não há cláusulas restritivas (covenants) financeiros sobre o financiamento.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de:

- (i) Extinção, encerramento das atividades, liquidação ou dissolução da Companhia e/ou da Eixo SP e/ou da Subholding;
- (ii) Realização de qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, juros sobre capital próprio, juros e/ou qualquer outro recurso;
- (iii) Transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia e/ou pela Subholding e/ou pela Holding Pátria, das suas obrigações assumidas;
- (iv) Contratação, pela Companhia, de quaisquer operações não financeiras com suas partes relacionadas, no montante individual ou agregado superior a R\$10 000 000,00 (dez milhões de reais);
- (v) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores;
- (vi) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência;
- (vii) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas;
- (viii) Destinação dos recursos captados por meio da Emissão de forma diversa ao previsto na Escritura de Emissão;
- (ix) Ocorrência de quaisquer eventos que afetem de forma material as Garantias Reais ou o cumprimento das disposições contidas nos Contratos de Garantia Real;
- (x) Não obtenção ou renovação, cancelamento, revogação, intervenção, suspensão ou extinção das autorizações, subvenções, dispensas e/ou protocolos de requerimento de alvarás ou licenças (incluindo ambientais) da Companhia que causem um Efeito Adverso Relevante;
- (xi) encerramento ou não manutenção, até a integral liquidação das Debentures, das contas corrente nº 53 971 7, 53 972 5 e 53 307-4, todas da agência 8541 do Itaú Unibanco SA (respectivamente, Conta Vinculada Aumento de Capital Holding Pátria', Conta Vinculada Aumento de Capital Subholding e "Conta Vinculada Aumento de Capital Companhia e, em conjunto, "Contas Vinculadas Aumento Capital '), nas quais serão depositados, respectivamente, os recursos para integralização do capital social da Holding Pátria, da Subholding e da Companhia subscritos nos termos das AGEs Aumento de Capital.

#### d) Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de abril de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R\$4.000 (4.000 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

As debêntures foram emitidas em 16 de abril de 2020 e terão prazo de vencimento de 2 anos, com vencimento em 18 de abril de 2022 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,84% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado:

- (ii) a ocorrência de liquidação, dissolução ou decretação de falência da emissora, (ii) pedido de falência da emissora, (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da emissora e não devidamente elidido ou contestado de boa-fé, no prazo legal; (iv) propositura, pela emissora, de plano de recuperação extrajudicial da emissora a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (v) requerimento de recuperação judicial da emissora;

Transformação societária da emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

Inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora relativa ao pagamento de valor nominal unitário, juros remuneratórios e/ou encargos moratórios, não sanado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do respectivo inadimplemento;

Descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária assumida pela emissora no âmbito da escritura de emissão, não sanado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis da ocorrência do descumprimento;

Declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira assumidas pela emissora, respeitados os respectivos prazos de cura, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000;

Protesto de títulos da emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000, não contestado, susinado, pago ou de outra forma suspenso ou cancelado (inclusive mediante apresentação de garantias em juízo) no prazo de 60 dias contados do protesto;

Ocorrência de mudança, direta ou indireta, no controle acionário (nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da emissora, ou em caso de incorporação da emissora por terceiros, ou caso ocorra a transferência, seja por cisão ou por qualquer outra forma, de ativos operacionais para outra entidade, sem prévia e expressa anuência do debenturista;

Constatação de qualquer declaração ou garantia prestada pela emissora no âmbito da emissão seja insuficiente falsa, incorreta, enganosa ou inconsistente;

Se as obrigações da emissora decorrentes do presente instrumento deixarem de concorrer pelo menos “pari passu” com todas as demais dívidas quirografárias presentes e futuras, da mesma natureza, da emissora (com exceção das que disponham de privilégios conferidos por lei); e/ou

Alteração ou modificação do objeto social da emissora que restrinja materialmente o principal ramo de negócios atualmente explorado pela mesma.

#### e) Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de fevereiro de 2022, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R\$2.500 (2.500 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

As debêntures foram emitidas em 22 de fevereiro de 2022 e terão prazo de vencimento de 5 anos, com vencimento em 22 de fevereiro de 2027 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro (na base 252 dias) + 1,5% a.a. e os juros serão pagos no vencimento das debêntures.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado:

- (iii) a ocorrência de liquidação, dissolução ou decretação de falência da emissora, (ii) pedido de falência da emissora, (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da emissora e não devidamente elidido ou contestado de boa-fé, no prazo legal; (iv) propositura, pela emissora, de plano de recuperação extrajudicial da emissora a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (v) requerimento de recuperação judicial da emissora;

Transformação societária da emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

Inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora relativa ao pagamento de valor nominal unitário, juros remuneratórios e/ou encargos moratórios, não sanado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do respectivo inadimplemento;

Descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária assumida pela emissora no âmbito da escritura de emissão, não sanado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis da ocorrência do descumprimento;

Declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira assumidas pela emissora, respeitados os respectivos prazos de cura, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000;

Protesto de títulos da emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000, não contestado, susinado, pago ou de outra forma suspenso ou cancelado (inclusive mediante apresentação de garantias em juízo) no prazo de 60 dias contados do protesto;

Ocorrência de mudança, direta ou indireta, no controle acionário (nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da emissora, ou em caso de incorporação da emissora por terceiros, ou caso ocorra a transferência, seja por cisão ou por qualquer outra forma, de ativos operacionais para outra entidade, sem prévia e expressa anuência do debenturista;

Constatação de qualquer declaração ou garantia prestada pela emissora no âmbito da emissão seja insuficiente falsa, incorreta, enganosa ou inconsistente;

Se as obrigações da emissora decorrentes do presente instrumento deixarem de concorrer pelo menos “pari passu” com todas as demais dívidas quirografárias presentes e futuras, da mesma natureza, da emissora (com exceção das que disponham de privilégios conferidos por lei); e/ou

Alteração ou modificação do objeto social da emissora que restrinja materialmente o principal ramo de negócios atualmente explorado pela mesma.

#### f) Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2023, foi aprovada a realização da 3ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R\$8.500 (8.500 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

As debêntures foram emitidas em 22 de março de 2023 e terão prazo de vencimento de 3 anos e 11 meses, com vencimento em 22 de fevereiro de 2027 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro (na base 252 dias) + 1,5% a.a. e os juros serão pagos no vencimento das debêntures.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado:

- (iv) a ocorrência de liquidação, dissolução ou decretação de falência da emissora, (ii) pedido de falência da emissora, (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da emissora e não devidamente elidido ou contestado de boa-fé, no prazo legal; (iv) propositura, pela emissora, de plano de recuperação extrajudicial da emissora a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (v) requerimento de recuperação judicial da emissora;

Transformação societária da emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

Inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora relativa ao pagamento de valor nominal unitário, juros remuneratórios e/ou encargos moratórios, não sanado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do respectivo inadimplemento;

Descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária assumida pela emissora no âmbito da escritura de emissão, não sanado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis da ocorrência do descumprimento;

Declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira assumidas pela emissora, respeitados os respectivos prazos de cura, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000;

Protesto de títulos da emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000, não contestado, susinado, pago ou de outra forma suspenso ou cancelado (inclusive mediante apresentação de garantias em juízo) no prazo de 60 dias contados do protesto;

Ocorrência de mudança, direta ou indireta, no controle acionário (nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da emissora, ou em caso de incorporação da emissora por terceiros, ou caso ocorra a transferência, seja por cisão ou por qualquer outra forma, de ativos operacionais para outra entidade, sem prévia e expressa anuência do debenturista;

Constatação de qualquer declaração ou garantia prestada pela emissora no âmbito da emissão seja insuficiente falsa, incorreta, enganosa ou inconsistente;

Se as obrigações da emissora decorrentes do presente instrumento deixarem de concorrer pelo menos “pari passu” com todas as demais dívidas quirografárias presentes e futuras, da mesma natureza, da emissora (com exceção das que disponham de privilégios conferidos por lei); e/ou

Alteração ou modificação do objeto social da emissora que restrinja materialmente o principal ramo de negócios atualmente explorado pela mesma.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

## 16 CREDOR PELA CONCESSÃO

Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização de 1,50% e outorga variável I e II (4,00% e 3,00% respectivamente) totalizando 7,00%, constante do contrato de concessão, que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia auferidas mensalmente.

A antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente – ACDUF corresponde à devolução de 75% da outorga variável I.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ônus de fiscalização	1.528	1.158
Outorga variável	9.350	7.979
Antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente (I)	42.381	23.865
Readequação do Pavimento do Sistema Remanescente (ii)	137.544	-
Total	<u>190.803</u>	<u>33.002</u>

- (i) O contrato de concessão prevê desconto aos usuários frequentes, sendo que tais descontos são compensados com parte da outorga variável a título de reequilíbrio antecipado do Desconto do Usuário Frequente - “ACDUF”. Considerando a apuração mensal é realizada com base em estimativa e não nos valores reais, assim que concluído o processo administrativo junto à ARTESP providenciaremos a devolução do montante reequilibrado a maior.

Em 5 de maio de 2023 a Companhia recebeu do poder concedente a título de compensação financeira antecipada a importância de R\$248.034 para recuperação do pavimento das rodovias SP225 e SP310 (sistema remanescente) e o saldo será realizado mediante desembolso de caixa, não há impactos no resultado decorrente desta operação. Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia já havia consumido o montante de R\$110.490 da importância recebida de forma antecipada, restando o saldo remanescente de R\$137.544.

## 17 SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários e honorários	-	-	888	653
Encargos sociais e previdenciários	135	-	3.250	2.701
Provisão de férias	191	-	10.370	8.587
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	-	-	7.785	1.541
Total	<u>326</u>	<u>-</u>	<u>22.619</u>	<u>13.482</u>

## 18 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	58	-	4.222	3.113
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição social sobre Lucro Líquido - CSLL	-	-	15.228	3.992
Imposto sobre Serviços – ISS	-	-	4.376	4.049
Impostos federais terceiros	9	-	1.091	352
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	-	-	1.249	480
Imposto sobre Serviços - ISS terceiros	-	-	1.787	557
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>-</b>	<b>27.953</b>	<b>12.543</b>

## 19 PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023		31/12/2023	
		Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra	-	-	7	45
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de torres	-	-	153	11
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	-	158	71	153
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	Prestação de Serviços	-	-	22	1.890
Infraestrutura Brasil Holding XXI S.A.	Reembolso de despesas	5	-	298	208
<b>Saldo em 31/12/2023</b>		<b>5</b>	<b>158</b>	<b>551</b>	<b>2.307</b>

Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	Consolidado	
		31/12/2022	
		Ativo Circulante	Passivo Circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra	37	3
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de torres	37	5
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	Prestação de Serviços	22	1.264
Saldo em 31/12/2022		167	1.272

Partes Relacionadas (*)	Controladora		Consolidado	
	Resultado		Resultado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	-	-	53	65
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	-	-	8	134
Winity S.A.	-	-	(583)	(545)
Patria Infraestrutura IV.	-	-	-	71
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	-	-	(13.335)	(9.933)
Infraestrutura Brasil Holding XXI S.A.	1.910	-	2.270	-
Saldo em 31/12/2023	1.910	-	(11.587)	(10.208)

(a) Prestação de serviços para atividades contábeis e fiscais, financeiras, supply chain, administração de pessoal, seguros, entre outras.

(\*) Parte relacionada composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor e IBH I Serviços e Participações S.A.

(\*\*) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

### Remuneração dos Administradores - Consolidado

Em 28 de abril de 2023, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2023 em até R\$10.000, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de dezembro de 2023, foram pagos R\$8.433 (R\$7.149 em 31 de dezembro de 2022) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros.

### Debêntures

As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 15, alínea a), foram captadas com partes relacionadas: (i) Pátria Infraestrutura IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – 70% do montante total captado; e (ii) Warrington Investment PTE. LTD. (“GIC Group”) – 30% do montante total captado.

Destacamos o resultado de juros em relação as debêntures emitidas com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 15 com efeito no resultado no montante de R\$56.131

Dividendos

	Nota explicativa	Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022
Dividendos a receber	9	197	197
Dividendos a pagar	23.b	(133)	(133)

20 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Política contábil

A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 6,09% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil estimada do bem ou prazo de vigência do contrato, dos 2 o menor, e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, se aplicável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

b) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	6.507	12.817
Adições e atualizações contratuais	11.586	2.076
Baixas do contrato	(1.270)	(446)
Juros provisionados	464	646
Pagamento de juros	(464)	(646)
Pagamento de principal	(7.198)	(7.940)
Total	<u>9.625</u>	<u>6.507</u>
Circulante	5.436	3.863
Não circulante	4.189	2.644

A realização da parcela não circulante do arrendamento dar-se-á da seguinte forma:

2024	-	1.339
2025	2.074	655
2026 em diante	3.251	1.261
Total	5.325	3.255
Ajuste a valor presente	(1.136)	(611)
Passivo de arrendamento	4.189	2.644

	Adoção Inicial	Dez.2022	Dez.2023	Dez.2024	Dez.2025	Dez.2026 em diante
IPCA				3,90%	3,50%	3,00%
<u>Ativo de arrendamento (i)</u>						
Balanco patrimonial	19.588	6.882	10.214	4.780	2.939	-
Fluxo com projeção	19.588	6.882	10.214	4.967	3.041	-
<u>Passivo de arrendamento (ii)</u>						
Balanco patrimonial	19.588	6.507	9.625	4.189	2.306	-
Fluxo com projeção	19.588	6.953	9.625	4.352	2.386	-
<u>Despesas financeiras (ii)</u>						
Balanco patrimonial		638	464	387	191	945
Fluxo com projeção		638	464	402	197	978
<u>Despesas de depreciação (i)</u>						
Balanco patrimonial		7.148	6.984	5.434	1.842	2.939
Fluxo com projeção		7.148	6.984	5.656	1.906	3.041

(i) Apresentamos a evolução do ativo de arrendamento no qual podemos notar o impacto da realização esperada para ele através das despesas de amortização;

(ii) Temos a evolução do passivo de arrendamento, que sofre impactos das despesas financeiras e sua realização ocorrerá através do recebimento das devidas faturas

## 21 PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,35% ao ano, correspondente a taxa de retorno do projeto do contrato de concessão. Os valores são provisionados por trecho e os ciclos de intervenções ocorrem, em média, a cada oito anos.

Mapa movimentação	Consolidado			Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Consumo	
Provisão para manutenção	156.226	71.084	(58.392)	168.918
Atualização pela inflação – IPCA (a)	42.763	29.764	-	72.527
AVP	(21.904)	7.456	-	(14.448)
	<u>177.085</u>	<u>108.304</u>	<u>(58.392)</u>	<u>226.997</u>

	Consolidado			Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adição	Consumo	
<u>Mapa movimentação</u>				
Provisão para manutenção	60.830	104.280	(8.884)	156.226
Atualização pela inflação – IPCA (a)	11.090	31.673	-	42.763
AVP	(12.466)	(9.438)	-	(21.904)
	<u>59.454</u>	<u>126.515</u>	<u>(8.884)</u>	<u>177.085</u>

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	139.515	119.142
Não circulante	87.482	57.943

(a) A atualização pela inflação é realizada sobre o montante histórico e acumulado da provisão constituída

## 22 PROVISÃO PARA RISCOS

### a. Provável

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui processos de natureza cível classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para riscos - ações trabalhistas	3.171	1.210
Provisão para riscos - ações cíveis	11.711	7.848
Total	<u>14.882</u>	<u>9.058</u>

<u>Mapa movimentação</u>	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	9.058	1.254
Adições (i)	5.865	7.451
Baixas	(2.161)	(1.092)
Atualização monetária	<u>2.120</u>	<u>1.445</u>
Saldo final	<u>14.882</u>	<u>9.058</u>

- (i) As adições ocorridas no exercício de 2023 possuem natureza cível (R\$4.437) tendo como principais motivos objetos e animais na pista, enquanto as adições de natureza trabalhista (R\$1.428) em sua maioria, provenientes de reclamação trabalhista dos prestadores de serviços, nos quais a Companhia encontra-se em posição de corresponsável.
- (ii) Para os processos prováveis a Companhia possui em 31 de dezembro de 2023 depósito judicial de R\$1.473, sendo R\$51 para processos cíveis e R\$1.422 processos trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2022 o montante depositado era de R\$610 sendo totalmente para processos trabalhistas. O saldo dos depósitos judiciais refere-se à processos de desapropriação.

## b. Possível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui processos de natureza cível no montante de R\$11.836 (R\$6.919 em 31 de dezembro de 2022) e trabalhistas no montante de R\$10.300 (R\$7.848 em 31 de dezembro de 2022) classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

Ademais, a Companhia não possui causas de natureza regulatória, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

## 23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito é de R\$873.085, sendo integralizado R\$446.945 (R\$343.235 em 31 de dezembro de 2022), representado por 446.945 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

(a) Em 6 de junho de 2023 houve integralização de R\$212.625.

(b) Em 4 de agosto de 2023 houve redução de 108.915 ações.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	446.945	100

## b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não houve destinação de dividendo mínimo obrigatório em função de não ter lucro no exercício.

## c) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. Eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores.

Em 31 de dezembro de 2023 não foi constituída reserva legal. Em 31 de dezembro de 2022 a reserva legal foi consumida pelos prejuízos do exercício.

d) Reserva de retenção de lucros:

Em 31 de dezembro de 2023 não foi constituída reserva de retenção de lucros. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$42.333, resultado da destinação do prejuízo líquido do exercício de 2022, foi destinado a reserva de retenção de lucros para redução do montante mantido.

24 RECEITAS

Estão representadas por:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita com arrecadação de pedágio (a)	997.181	889.515
Receitas com construção	466.433	392.430
Receita acessória (b)	4.638	4.590
Receita bruta	<u>1.468.252</u>	<u>1.286.535</u>
Deduções da receita	<u>(86.153)</u>	<u>(76.983)</u>
Receita líquida	<u>1.382.099</u>	<u>1.209.552</u>

a) A partir de 4 de junho de 2023 houve reajuste das tarifas de pedágio de acordo com a inflação acumulada (IPCA) em 4,2%.

b) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos entre outros.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com serviços	1.001.819	894.105
<u>Deduções</u>		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(30.057)	(26.824)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(6.512)	(5.811)
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	<u>(49.584)</u>	<u>(44.348)</u>
	<u>(86.153)</u>	<u>(76.983)</u>

## 25 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Custo dos Serviços prestados		
Custo de Obra	(466.433)	(392.430)
Provisão para manutenção (a)	(100.849)	(104.280)
Pessoal	(86.279)	(69.165)
Conservação e manutenção	(46.846)	(61.615)
Serviços de terceiros (b)	(47.425)	(55.983)
Seguros	(6.234)	(4.580)
Depreciações e amortizações	(169.001)	(139.188)
Poder concedente (c)	(84.694)	(75.541)
Locações de imóveis e máquinas	(4.007)	(4.121)
Outras despesas operacionais	(13.197)	(12.102)
Total	<u>(1.024.965)</u>	<u>(919.005)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas administrativas:				
Provisão para riscos processuais	-	-	(5.982)	(6.358)
Pessoal	(2.811)	(903)	(25.415)	(14.967)
Conservação e manutenção	-	-	(1.152)	(1.011)
Serviços de terceiros (*)	(6.709)	(1.534)	(25.752)	(17.173)
Depreciações e amortizações	-	-	(2.559)	(3.466)
Locações de imóveis e máquinas	-	-	(24)	-
Outras despesas operacionais	(47)	(26)	(2.802)	(3.131)
Total	<u>(9.567)</u>	<u>(2.463)</u>	<u>(63.686)</u>	<u>(46.106)</u>

- (a) A constituição de provisão para manutenção deu-se após a conclusão dos trabalhos iniciais (PII – Programa Intensivo Inicial).
- (b) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.
- (c) A base de cálculo e taxas estão evidenciados na nota explicativa 16.

## 26 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:				
Provisão para manutenção – AVP	-	-	3.253	9.438
Receita de aplicações financeiras	363	33	72.092	13.448
Outros	1	1	1.548	334
<b>Total</b>	<b>364</b>	<b>34</b>	<b>76.893</b>	<b>23.220</b>
Despesas financeiras:				
Juros e variação monetária sobre				
Empréstimos	(7.016)	(764)	(265.365)	(204.359)
Provisão para manutenção – Atualização pela inflação	-	-	(10.709)	(31.673)
Amortização de custos com emissão de notas promissórias/debêntures	-	-	(23.482)	(22.281)
Juros de arrendamento	-	-	(464)	(646)
Juros de financiamento	-	-	(36.255)	(24.164)
Despesas bancárias	-	-	(2.120)	(1.445)
Outras despesas financeiras	(1.445)	(3)	(6.143)	(2.397)
<b>Total</b>	<b>(8.461)</b>	<b>(767)</b>	<b>(344.538)</b>	<b>(286.965)</b>
<b>Resultado Financeiro líquido</b>	<b>(8.097)</b>	<b>(733)</b>	<b>(267.645)</b>	<b>(263.745)</b>

## 27 RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo básico por ação:		
Prejuízo líquido do exercício	(17.995)	(42.333)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	446.945	343.235
Prejuízo básico por ação	(0,040)	(0,123)

## 28 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

## a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

## b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- BNDES FINEM: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2023, conforme quadro a seguir:

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Dívida (i)	18.307	7.958	2.678.013	2.311.075
Caixa e equivalentes de caixa	(646)	(268)	(563.547)	(214.019)
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	(43.343)	(32.549)
Dívida líquida	17.661	7.690	2.071.123	2.064.507
Patrimônio líquido (ii)	392.444	307.230	392.444	307.230
Índice de endividamento líquido	0,045	0,025	5,271	6,720

- (i) A dívida é definida por Empréstimos e financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação), respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 14 e 15.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia.

- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme quadro a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativos:</b>					
Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	646	268	563.547	214.019
Aplicações financeiras vinculadas (i)	Custo amortizado	-	-	43.343	32.549
Contas a receber	Custo amortizado	-	-	61.983	58.041
Contas a receber – Partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	551	167
<b>Passivos:</b>					
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	718	-	88.655	47.298
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	-	-	1.059.447	720.465
Debêntures	Custo amortizado	18.307	7.958	1.618.566	1.590.610
Credor pela concessão	Custo amortizado	-	-	190.803	33.002
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	2.161	1.272

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado nas avaliações das principais agências de rating.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor Contábil Consolidado	Fluxo de caixa contratual total	Consolidado				
				2024	2025	2026	2027	2028 em diante
1ª Emissão de debêntures - conversíveis em ações	9,77%	446.493	3.798.865	-	-	-	-	3.798.865
1ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	9,77%	191.383	1.628.333	-	-	-	-	1.628.333
2ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	IPCA + 5,05%	410.571	747.820	21.231	33.635	34.524	21.448	636.983
Financiamento BNDES	IPCA + 5,21%	1.059.447	2.668.852	53.216	99.466	102.040	101.277	2.312.853
2ª Emissão Debêntures – não conversíveis em ações – série 1 (IBH IX)	CDI + 2,50%	265.248	285.125	285.125	-	-	-	-
2ª Emissão Debêntures – não conversíveis em ações – série 2 (IBH IX)	CDI + 3,50%	286.563	309.644	309.644	-	-	-	-
Debêntures (IBH VII)	9,84%	5.628	7.724	-	-	-	7.724	-
Debêntures (IBH VII)	CDI + 1,50%	3.243	4.764	-	-	-	4.764	-
Debêntures (IBH VII)	CDI + 1,50%	9.436	13.974	-	-	-	13.974	-
		<u>2.678.012</u>	<u>9.465.101</u>	<u>669.216</u>	<u>133.101</u>	<u>136.564</u>	<u>149.187</u>	<u>8.377.034</u>

e) Análise de sensibilidade

*Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do exercício do relatório esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e CDI, principais indicadores do financiamento BNDES – FINEM contratado pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente:

Operação	Risco	Saldo 31/12/2023	Cenário I - provável	Consolidado Desvalorização (R\$)	
				Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Equivalentes de caixa	CDI	563.547	65.653	49.254	32.855
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	43.343	5.049	3.788	2.527
Operação	Risco	Saldo 31/12/2023	Cenário I - provável	Desvalorização (R\$)	
				Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Correção monetária sobre Debêntures BNDES	Aumento do IPCA	410.571	18.311	13.754	9.156
Correção monetária sobre BNDES FINEM	Aumento do IPCA	1.059.447	47.251	35.491	23.626
Correção monetária sobre Debêntures (IBH IX)	Aumento do CDI	551.811	64.286	48.228	32.171
Correção monetária sobre Debêntures (IBH VII)	Aumento do CDI	3.243	378	283	189
Correção monetária sobre Debêntures (IBH VII)	Aumento do CDI	9.436	1.099	825	550

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Cenário I - provável	Valorização		Desvalorização	
		Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
IPCA (a)	4,46%	5,58%	6,69%	3,35%	2,23%
CDI (b)	11,65%	-	-	8,74%	5,83%

- (a) Refere-se à expectativa de mercado para taxa IPCA para o ano de 2023. Fonte de informação - “site” do BACEN: [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br) - FOCUS - Relatório de Mercado de 29 de dezembro de 2023.
- (b) Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2023. Fonte de informação - “site” da B3: [https://www.b3.com.br/pt\\_br/](https://www.b3.com.br/pt_br/), acessado em 01 de fevereiro 2024.

## 29 SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 31 de dezembro de 2023, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R\$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2024
Riscos nomeados e operacionais	224.000	Até julho de 2024
Veículos – frota	94.690	Até julho de 2024
D&O	50.000	Até agosto de 2024
Risco de engenharia	583.086	Até junho de 2025
Seguro garantia	1.481.935	Até junho de 2024
Fiança Locatícia	1.258	Até maio de 2025
Seguro patrimonial	37.100	Até abril de 2025
Garantia judicial	1.299	Até agosto de 2028

## 30 OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No exercício de 2024, a Companhia, através de sua investida EIXO SP deverá investir aproximadamente R\$889 milhões de reais, a fim de cumprir as obrigações contratuais da concessão.

Os investimentos previstos para 2024 estão representados principalmente pela duplicação da SP 294, da recuperação de pavimento, implantação de dispositivos de contenção viária, vias marginais, edificação de SAUs, área de descanso para caminhoneiro, PGFs, parada de ônibus, equipamentos e tecnologia, entre outros. O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos de R\$14,1 bilhões - ao longo dos 30 anos (base junho/2020) - em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Companhia realizou um investimento total de R\$2,2 bilhões.

A investida EIXO SP assumiu contratualmente o compromisso de neutralizar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), calculadas em carbono equivalente (CO<sub>2</sub>e), proveniente das atividades de operação da concessionária, no sistema rodoviário e realiza anualmente o inventário com a finalidade quantificar as emissões relativas às atividades de operação a serem neutralizadas.

## 31 TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	Nota	Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
Reconhecimento do Direito de uso, CPC 6 (R2)	12	11.586	2.076
Receita de construção	24	466.433	392.430
Custo de construção	25	(466.433)	(392.430)
Fornecedores aquisição de intangível	11	(30.996)	7.256
Capitalização de juros	11/15	-	(51.582)
Aquisição de imobilizado	10	688	538

## 32 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 1º de abril de 2024, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.